

Of. Nº 392/73

Rio de Janeiro,
15 de junho, 1973.

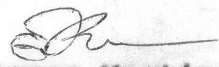
Da - Diretora do Centro Brasileiro
de Pesquisas Educacionais

Ao - Presidente da Comissão de Assuntos
Internacionais

Senhor Presidente,

Conforme solicitação verbal de V.Sa., estamos enviando o levantamento de atos oficiais sobre educação referente aos anos 1971 e 1972, bem como uma listagem das publicações oficiais indexadas pela Bibliografia Brasileira de Educação nos últimos dois anos, e de outras existentes no C.B.P.E..

Atenciosam ente,


Elza Rodrigues Martins
Diretora do CBPE

Ao
Prof. Newton Sucupira
DD Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais
Ministério da Educação e Cultura
Brasília - DF

MEC / INEP

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

LEVANTAMENTO LEGISLATIVO E INFORMATIVO

1971-1972

Trabalho elaborado pela Seção de
Documentação e Intercâmbio, por
solicitação da Comissão de Assun-
tos Internacionais do Ministério
da Educação e Cultura.

Rio de Janeiro
1973

Levantamento legislativo e informativo sobre "Educação no Brasil", elaborado pela Seção de Documentação e Intercâmbio da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, por solicitação da Comissão de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação e Cultura.

Este levantamento analítico, abrangendo o período de 1971/72 , ~~com~~ 98 itens, foi elaborado sob a supervisão de Nise Maria Lassa Beraldo Magalhães, à coordenação de Luiza Dalva Chaves Barbosa e ~~Martina~~ Albuquerque e selecionados por Silvia Maria Galliac Saavedra e Vera Maria Lobão ; datilografado por Maria da Glória Campbell da Silva, Silvia Maria Gaalliac Saavedra e Vera Maria Lobão.

--***-***-

1971 -

DECRETO Nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971 - Regulamenta o DECRETO-LEI nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a indicação da Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País. Diário Oficial, Brasília, 15 jan. 1971. p. 362

1.

DECRETO Nº 68.107, de 25 de janeiro de 1971 - Promulga Acordo Cultural entre o Brasil e a Alemanha, para manter e expandir a cooperação no domínio cultural, a fim de incrementar as relações culturais. Diário Oficial, Brasília, 27 jan. 1971.

2.

PORTARIA Nº 16, de 1 de fevereiro de 1971, do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura - Cria Grupos-Tarefa de Coordenação Nacional e Estadual, para execução do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial, (PIPMOI) com duração de 12 meses. Diário Oficial, Brasília, 3 mar. 1971 p. 1.635

O Programa terá como objetivo treinar novos profissionais para as atividades primárias, secundárias e terciárias, além de reciclar e especializar o pessoal já empregado.

3.

DECRETO Nº 68.155, de 2 de fevereiro de 1971 - Modifica o artigo 4º do DECRETO Nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969, que constitui a Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Diário Oficial, Brasília, 3 fev. 1971. p. 889

A COMCRETIDE será constituída de três representantes do MEC, dentre os quais o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários, um representante do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Conselho Nacional de Pesquisas e do Conselho Federal de Educação. Atuará integrada no Departamento de Assuntos Universitários.

4.

PORTARIA Nº 39-GB, de 17 de fevereiro de 1971, do Diretor do Departamento de Assuntos Universitários - Constitui a Comissão Nacional de Vestibular Unificado - (COMVESU). Diário Oficial, Brasília, 4 mar. 1971. p. 1.671

Visa à realização de estudos sobre a possibilidade de reunir universitários e escolas, por área de conhecimento, em cada Distrito Geo-Educacional, com programas e taxas uniformizadas.

Cabe-lhe, ainda, estudar a viabilidade de uso de computadores (correção e classificação de provas) bem como da aplicação de novos métodos para verificar a habilitação dos candidatos a estudos universitários e garantir a adequação do nível das provas aos conhecimentos ministrados no ensino médio.

5.

DECRETO Nº 68.448, de 31 de março de 1971 - Cria a Escola Nacional de Informações. Diário Oficial, Brasília, 31 de mar. 1971. p.2.507

A Escola Nacional de Informações, subordinada ao Chefe do Serviço Nacional de Informações, tem por finalidade, preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do Sistema Nacional de Informações.

6.

DECRETO Nº 68.458, de 1º de abril de 1971 - Provê sobre a extinção da Coordenação Nacional de Bolsas de Estudo. Diário Oficial, Brasília, 2 abr. 1971. p. 2.571.

Extingue a referida Coordenação transferindo seus programas, acervo e recursos para o Departamento de Apoio, do Ministério da Educação e Cultura.

7.

PORTARIA Nº 187, de 18 de abril de 1971, do Ministro da Educação e Cultura - Cria um colegiado com a finalidade de supervisionar e aprovar a programação básica dos órgãos: Instituto Nacional do Livro (INL), Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), e Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e estabelecer a coordenação dos mesmos com o Departamento de Assuntos Universitários (DAU), Departamento de Ensino Médio (DEM), Departamento de Ensino Complementar (DEC), e Departamento de Ensino Fundamental (DEF) Diário Oficial, Brasília, 16 abr. 1971. p. 2.839.

8.

PORTARIA Nº 194 -BSB - de 19 de abril de 1971, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Declara extintos os mecanismos abaixo relacionados. Diário Oficial, Brasília, 26 abr. 1971. p. 3.086.

Os programas, acervos, responsabilidades, recursos e pessoal da Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) e do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), serão transferidos para o Departamento de Ensino Fundamental e os citados mecanismos absorvidos, respectivamente, pela Assessoria Técnica e Projeto de Recursos Humanos do mesmo Departamento.

9.

PORTARIA Nº 19, de 26 de abril de 1971, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Cria um Grupo de Trabalho com o objetivo de reformular a legislação que instituiu o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, propor a sua regulamentação e a estrutura de um órgão administrativo e operacional, visando à implantação de um sistema de captação e canalização de recursos para o custeio ou financiamento de projetos de pesquisas educacionais, culturais e desportivos, além de bolsas de estudo, manutenção e estágio de alunos dos cursos fundamental, médio e superior. Diário Oficial, Brasília, 7 mai. 1971. p. 3.469

10.

PORTARIA Nº 255-BSB, de 7 de maio de 1971, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Estabelece normas para programações educativas na televisão. Diário Oficial, Brasília, 13 mai. 1971 p.3600

As emissoras de televisão, recomenda-se que submetam suas programações educativas ou didáticas à aprovação prévia do Grupo Tarefa, instituído pela Portaria nº 408/70, ao qual incumbirá coordená-las e zelar pela observância de seus compromissos, com referência às finalidades educativas, culturais e ao sentido cívico de suas atividades.

11.

PORTARIA Nº 307-BSB, de 25 de maio de 1971, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Determina a aplicação de recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). Diário Oficial, Brasília, 28 mai.1971. p. 4.063.

Os recursos do Instituto Nacional do Livro serão aplicados mediante convênio entre as editoras, e o próprio Instituto, na aquisição de obras, que serão doadas às bibliotecas em todo o território nacional, visando o barateamento do livro.

12.

DECRETO Nº 68.726, de 9 de junho de 1971 - Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das Equipes Técnicas de Alto Nível de que trata o art. 11, da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Diário Oficial, Brasília, 9 jun. 1971. p. 4.410.

As Equipes Técnicas de Alto Nível serão constituídas e funcionarão, em cada Ministério, Órgão integrante da Presidência da República e Autarquia Federal, junto ao respectivo setor de pessoal e terão como finalidade: orientar e supervisionar medidas indispensáveis à identificação de cargos a serem incluídos no novo Plano de Classificação; propiciar a elaboração das especificações de Classe e a fixação da lotação ideal dos órgãos acima citados e superintender os trabalhos para a estruturação dos Grupos e a composição das Categorias Funcionais, que devem integrá-los.

13.

DECRETO Nº 68.728, de 9 de junho de 1971. Prevê sobre aplicação do livro técnico do livro didático. Diário Oficial, Brasília, 11 jun. 1971. p. 4.458.

Determina que o incentivo, orientação, coordenação e execução das atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros técnicos e didáticos, a que se refere o DECRETO Nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, passem à competência do Instituto Nacional do Livro.

14.

DECRETO Nº 68.770, de 17 de junho de 1971 - Autoriza a contratação de operação de crédito externo, para financiamento parcial de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental e Médio. Diário Oficial, Brasília, 18 jun. 1971. p. 4.667

A operação de crédito no montante de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) a ser realizada entre o Governo do Brasil e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (USAID) será contratada pelo Ministro da Fazenda, cabendo ao Ministério da Educação, a aplicação dos recursos mencionados, mediante contratos aditivos específicos, que definirão os projetos a serem executados pelos Estados beneficiados.

15.

DECRETO Nº 68.632, de 30 de junho de 1971 - Promulga Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e os Países Baixos. Diário Oficial, Brasília, 1 jul. 1971. p. 4.971

A cooperação técnica, definida no presente Acordo e especificada nos entendimentos técnicos, poderá consistir no provimento de técnicos destinados a serviços consultivos e executivos, na concessão de bolsas de estudo a candidatos selecionados e indicados pelos respectivos governos dos países contratantes.

16.

DECRETO Nº 68.885, de 6 de julho de 1971 - Dispõe sobre medidas relacionadas com a Reforma Administrativa. Diário Oficial, Brasília, 7 jul. 1971. p. 5.126.

Os Ministérios Civis deverão promover no prazo de noventa dias a reestruturação das Comissões Ministeriais da Reforma Administrativa (DEC. 63.500) de forma a integrá-las no Sistema de Planejamento, devendo as referidas comissões ocupar-se principalmente da eliminação de obstáculos à execução dos projetos prioritários incluídos nas "Metas e Bases para a Ação do Governo".

17.

PORTARIA Nº 92, de 9 de julho de 1971 do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura - Cria, na Secretaria Geral, do Ministério da Educação e Cultura, a Assessoria para Assuntos Internacionais (ASSAI). Diário Oficial, Brasília, 27 jul. 1971. p. 5.879.

Caberá a ASSAI representar a Secretaria-Geral do MEC, nas reuniões relacionadas com as atividades de cooperação internacional (DEC. 65.476/69), em todos os órgãos ou reuniões, de âmbito nacional, destinados a produzir informes ou formular posições de implicações externas, e nos grupos de negociação de empréstimos externos para projetos de educação.

18.

DECRETO Nº 68.908, de 13 de julho de 1971 - Dispõe sobre o Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Diário Oficial, Brasília, 14 jul. 1971. p. 5.413.

O concurso Vestibular far-se-á rigorosamente pelo processo classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas. A classificação obedecerá a ordem decrescente dos resultados obtidos, levando-se em conta a formação do candidato em graus médio e sua aptidão para o prosseguimento de estudos em nível superior.

19.

DECRETO Nº 68.925, de 15 de julho de 1971 - Regulamenta a aplicação de recursos de que trata o art. 4º da Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953. Diário Oficial, Brasília, 16 jul. 1971. p. 5506.

Os recursos serão aplicados exclusivamente no incremento das pesquisas e ensino de nível superior no campo, das geociências, realizadas no País, podendo compreender investimentos e despesas de custeio.

20.

DECRETO Nº 432-BSB, de 19 de julho de 1971, do Ministro da Educação e Cultura - Aprova normas relativas aos cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas, para habilitação do ensino médio, relacionadas com atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias. Diário Oficial, Brasília, 26 jul. 1971. p. 5.847

Apresenta o currículo dos cursos dividido em dois esquemas, sendo o esquema I, para portadores de diplomas de grau superior sujeitos à complementação pedagógica, e o esquema II, para os portadores de diplomas de técnico de nível médio, dependendo também de complementação.

21.

PORTARIA Nº 433-BSB, de 19 de julho de 1971, do Ministro da Educação - Baixa Normas Regimentais para execução do Programa de Ensino Médio (Profissional) e Superior de Curta Duração (Engenharia Operacional). PRODEM. Diário Oficial, Brasília. 30 jul. 1971. p. 6.018.

São finalidades do Programa: construção, ampliação e aparelhamento de Colégios Agrícolas e Centros Técnicos de Operação; estabelecimento e operação de um Grupo-Tarefa junto ao Ministério; levantamento do Sistema de Ensino e de Treinamento bem como das condições do ensino em Pernambuco e Ceará e criação de bolsas de estudo relacionadas com o exposto acima.

22.

DECRETO Nº 68.992, de 28 de julho de 1971 - Dispõe sobre a auditoria nos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). Diário Oficial, Brasília, 29 jul. 1971 p. 5.964

23.

O contrato e a fiscalização das atividades específicas dos órgãos do (SIPEC) serão exercidos sob a forma de auditoria, consideradas as áreas administrativas correspondentes: I - pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil - DASP; II - pelos órgãos Setoriais; III - pelos Órgãos Seccionais.

23.

Convênio Especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Médio e o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), em 2 de agosto de 1971. Diário Oficial, Brasília, 6 ago. 1971 p. 6.235

O MEC colocará à disposição do CETEB, através do Departamento de Ensino Médio, a importância de Cr\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), para projetos de execução e manutenção de colégios integrados.

24.

DECRETO Nº 69.038, de 9 de agosto de 1971 - Modifica a redação do dispositivo do Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. Diário Oficial, Brasília, 10 ago. 1971 p. 6.284

Refere-se ao parágrafo 1º do art. 9 do Estatuto do Centro Brasileiro de TV Educativa (DECRETO Nº 60.596/67), que determina os membros natos da Assembleia Geral daquela instituição.

25.

CONVÊNIO entre o Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Movimento Universitário do Desenvolvimento Econômico e Social e o Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo. Diário Oficial, Brasília, 10 ago. 1971. p. 6.311.

Visa à estruturação implantação, funcionamento e administração do Programa "Bolsa de Trabalho", no Estado de São Paulo.

26.

LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, de Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial, Brasília, 12 ago. 1971 Retificado no Diário Oficial 18 ago. 1971 p. 6.593

27.

PORTARIA Nº 599-BSB, de 5 de outubro de 1971 - Institui, no MEC, o Prêmio MOBIL de Jornalismo, destinado a premiar e incentivar, no território Nacional, o esforço pela erradicação do analfabetismo. Diário Oficial, Brasília, 7 out. 1971. p. 8.126

28.

ACORDO - Brasil-Guatemala - Proporcionará a cidadãos guatemaltecos, devidamente selecionados, cursos ou estágios de formação ou aprendizagem e bolsas de estudo, para treinamento, aperfeiçoamento ou especialização em matérias ou técnicas prioritárias de desenvolvimento econômico e social, em centros educativos brasileiros. Diário Oficial, Brasília, 19 out. 1971 p. 8.406

29.

DECRETO Nº 69.450, de 1º de novembro de 1971 - Regulamenta o art. 22, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e a alínea c do art. 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Diário Oficial, Brasília, 9 nov. 1971. p. 8.826.

Estabelece que a educação física, desportista e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todas graus de qualquer sistema de ensino.

30.

LEI Nº 5.756, de 3 de novembro de 1971 - Dispõe sobre o Ensino no Exército. Diário Oficial, Brasília, 7 dez. 1971 p. 1.001.

O Exército manterá sistema próprio de Ensino Militar com vistas à capacitação de seu pessoal para cargos e funções da organização. São modalidades de cursos militares: Formação ou Graduação; Especialização, Extensão, Aperfeiçoamento, Pós-Graduação e Altos Estudos Militares.

31.

DECRETO Nº 69.521, de 9 de novembro de 1971 - Modifica o DECRETO Nº 66.543, de 11 de maio de 1970, que institui programa de colaboração financeira para edição de livros-texto, em áreas prioritárias do Ensino Superior. Diário Oficial, Brasília, 11 nov. 1971 p. 9106

32.

RESOLUÇÃO Nº 8, de 1º de dezembro de 1971, do Conselho Federal de Educação (Anexa ao Parecer nº 853/71) - Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Diário Oficial, Brasília, 17 dez. 1971. p. 10.441.

33.

LEI Nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971 - Aprova as alterações na ortografia da língua portuguesa. Diário Oficial, Brasília, 20 dez. 1971 p. 9.459

34.

1972

DECRETO Nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972 - Institui, em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". Diário Oficial, Brasília, 14 jan. 1972. p. 345.

Estabelece, como objetivo do Programa, dar oportunidades de trabalho a estudantes de todos os níveis, em órgãos que possibilitem sua valorização profissional.

35.

DECRETO Nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972 - Dispõe sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN). Diário Oficial, Brasília, 27 jan. 1972. p. 787.

O referido Programa terá como finalidade principal aperfeiçoar o sistema de ensino de 1º e 2º graus no Brasil, absorvendo o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN), aprovado pelo Decreto nº 63.914, de 24-12-1968.

36.

CONVÊNIO entre o Departamento de Educação Complementar e o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, para execução de um projeto piloto na área do Ensino Supletivo. Diário Oficial, Brasília, 28 jan. 1972 p. 865

37

Objetiva: a implantação de uma nova atividade, que consolidando a experiência anterior, em Exames de Madureza, se defina quanto aos Exames Supletivos; o aceleração da escolaridade no atual ginásio; preparo de material e instalações adequadas; o treinamento de professores e atendimento a um maior número de alunos.

37.

DECRETO Nº 70.155, de 17 de fevereiro de 1972 - Dispõe sobre o Departamento do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial, Brasília, 18 fev. 1972. p. 1.316. Retificado no Diário Oficial de 22 fev. 1972. p. 1.443.

A Diretoria do Pessoal do Departamento de Administração do MEC (Decreto nº 66.967/70), fica transformada em Departamento Pessoal, subordinado diretamente ao Ministro e vinculado tecnicamente ao Departamento Administrativo de Pessoal Civil, Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

38.

8.

RESOLUÇÃO Nº 03/72, de 25 de fevereiro de 1972, do Conselho Federal de Educação- Fixa o currículo mínimo do curso de graduação em Direito. Diário Oficial, Brasília, 26 jul. 1972. p. 6.623.

39.

RESOLUÇÃO nº 04/72, de 25 de fevereiro de 1972, do Conselho Federal de Educação- Fixa o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia. Diário Oficial, Brasília, 26 jul. 1972. p. 6.623.

40.

PORTARIA nº 006/72, de 27 de abril de 1972, do Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE). Diário Oficial, Brasília, 4 mai. 1972. p. 3.901.

Dentre outras atribuições, compete à COBAE convocar pessoal de instituições nacionais de pesquisa e ensino que se dediquem a atividades espaciais, para participarem do Órgão, na qualidade de assessores.

41.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES- Departamento Jurídico - Divisão de Atos Internacionais. Ajuste relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968, cuja finalidade de formar 50 alunos por ano no campo da mecânica de precisão. O curso terá duração de 4 anos, além do especial de complementação. Diário Oficial, Brasília, 4 mai. 1972. p. 3.910.

42.

PORTARIA nº 346-BSB, de 4 de maio de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura- Constitui, no Instituto Nacional do Livro, Conselho Editorial, ligado ao programa de instalação e manutenção de bibliotecas. Diário Oficial, Brasília, 5 mai. 1972. p. 3.964

O Conselho terá a incumbência de escolher obras literárias, aprovadas pela Comissão de Leitura, que devam ser coeditadas.

43.

PORTARIA nº 366-BSB, de 8 de maio de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura- Regulamenta e define a constituição de "Grupos-Tarefa" na área de Projetos Prioritários e Plano Setorial de Educação e Cultura. Diário Oficial, Brasília, 11 mai. 1972. p. 4.149

44.

PORTARIA nº 293, de 11 de maio de 1972, do Diretor do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura.- Expede instruções para apostilamento de equivalência a cursos de 2º grau ou 2º ciclo, de certificados expedidos pela Escola de Especialistas da Aeronáutica, neste Departamento, quando se tratar de residentes no Rio e nas Escolas Técnicas Federais, quando se tratar de interessados residentes nos Estados. Diário Oficial, Brasília, 16. mai. 1972. p. 4.293.

45.

TERMO Aditivo entre o Departamento de Ensino Médio e o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), para execução, coordenação e supervisão do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Ensino Médio. Diário Oficial, Brasília, 12 mai. 1972. p. 4.217.

46.

ACORDO ESPECIAL entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Médio e o Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo (CIE-SP), visando à consolidação do "Serviço de Integração Escola-Empresa" (SIE-E), junto às escolas técnicas federais dos Estados que menciona e à implantação desse Serviço nas Escolas Técnicas Industriais de Goiás, Minas Gerais, Amazonas e Santa Catarina. Diário Oficial, Brasília, 12 mai. 1972. p.4.217.

47.

DECRETO Nº 70.545, de 16 de maio de 1972, - Retifica o Decreto nº 69.034, de 9 de agosto de 1971, que exclui nas relações que trata o Decreto nº 55.244, de 21 de dezembro de 1964, os cargos de Professor de Ensino Especializados Diário Oficial, Brasília, 19 mai. 1972. p.4395

48.

DECRETO Nº 70.568, de 18 de maio de 1972- Dispõe sobre o Conselho Nacional de Telecomunicações, cria o Conselho Nacional de Comunicações. Diário Oficial, Brasília, 19 mai. 1972. p. 4.396.

O Conselho Nacional (CNC) terá a finalidade de assessorar diretamente o Ministro das Comunicações em assuntos relacionados a Serviços Postais e de Telecomunicações. Suas atribuições serão definidas em regimento interno a ser publicado.

49.

PORTARIA nº 54-BSB, de 24 de maio de 1972, do Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos- Delega competência à Diretoria de Assistência aos Órgãos Regionais do Ministério da Educação e Cultura, para proceder ao registro profissional dos professores de Educação Física. Diário Oficial, Brasília, 2 jun. 1972. p.4.844. 50.

DECRETO Nº 70.661, de 30 de maio de 1972- Regulamenta o parágrafo único, do art.16, da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que dispõe sobre o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial, Brasília, 31 mai. 1972. p. 4.769.

Trata dos registros de diplomas e certificados correspondentes às habilitações profissionais do ensino de 2º grau.

51.

CONVÊNIO celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através dos Departamentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, a Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco para o funcionamento do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste. Diário Oficial, Brasília, 13 jun. 1972. p. 5.185

Visa estabelecer e executar um programa de treinamento e aperfeiçoamento contínuo, para professores de Ciências Exatas e Experimentais, com vistas ao desenvolvimento técnico-científico do País.

52.

CONVÊNIO entre o Ministério da Educação e Cultura através dos departamentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio e a Universidade Federal de Minas Gerais, para funcionamento do Centro de Treinamento para Professores de Ciências do Estado de Minas Gerais. Diário Oficial, Brasília, 4 jul. 1972 p. 5.837

53.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Departamento de Ensino Fundamental (DEF) e o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), para realização de cursos de licenciatura de 1º grau, de curta duração, para habilitação de professores de artes industriais, com recursos do salário-educação, instituído pela Lei nº 4.440 de 17 de outubro de 1964. Diário Oficial, Brasília, 4 jul. 1972 p. 5.838

54.

PORTARIA Nº 196, de 27 de junho de 1972, do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura - Aprova instruções para organização e funcionamento do Grupos-Tarefa na área do Ministério da Educação e Cultural Diário Oficial, Brasília, 14 jul. 1972 p. 6.208.

55.

PORTARIA Nº 524-BSB, de 10 de julho de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Aprova Regimento da Comissão Nacional de Moral e Civismo. Diário Oficial, 13 jul. 1972 p. 6.165.

Compete à Comissão implantar e manter a doutrina de Educação Moral e Cívica, articulando-se com autoridades civis e militares; colaborar com o Conselho Federal de Educação na elaboração dos currículos e programas básicos, e assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na aprovação dos livros didáticos referentes ao assunto.

56.

DECRETO Nº 70.815, de 10 de julho de 1972 - Dispõe sobre as Delegacias Regionais do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial, Brasília, 14 jul. 1972 p. 6193

57.

DECRETO Nº 70.826, de 13 de julho de 1972 - Altera a redação do art. 4º do Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972, que trata da administração do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN). Diário Oficial, Brasília, 14 jul. 1972. p. 6.194.

58.

PARECER Nº 541-72, do Conselho Federal de Educação. Diário Oficial, Brasília, 17 jul. 1972. p. 6.265.

Homologa o Parecer nº 541/72, do Conselho Federal de Educação, permitindo aos candidatos que iniciaram o antigo "Madureza" no Regime da Lei nº 4.024/61, que tenham sido aprovados até 31/12/71, em uma ou mais disciplinas então exigidas, submeter-se ao exame das restantes do sistema anterior, dentro dos limites de idade fixadas pelo referido diploma legal.

59.

PORTARIA Nº 538-BSB, de 14 de julho de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Aprova o Regimento Interno das Delegacias Regionais do MEC. Diário Oficial, Brasília, 18 jul. 1972 p. 6.326

As Delegacias Regionais terão como finalidade coordenar supervisionar, orientar e controlar a execução das atividades do Ministério da Educação e Cultura, dentro de sua área de jurisdição e constituir-se-ão de Assessoria Técnica, Serviços de Atividades Auxiliares, Serviços de Registros e Representações.

60.

PORTARIA Nº 539, de 14 de julho de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura. Diário Oficial, 18 jul. 1972 p. 6.327

Discrimina as áreas de Jurisdição das Delegacias Regionais inclusive de suas representações em todo o País.

61.

CONVÊNIO ESPECIAL entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Minas Gerais e a Universidade Federal de Minas Gerais, para manutenção e funcionamento dos Centro de Formação e Treinamento de Professores de Artes Práticas, de Betim - MG. Diário Oficial, Brasília, 19 jul. 1972 p. 6.407

62.

DECRETO Nº 79.882, de 27 de julho de 1972 - Dispõe sobre o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO). Diário Oficial, Brasília, 28 jul. 1972. p. 6.706.

Vinculado ao Departamento de Ensino Médio, o PIPMO terá como objetivos promover habilitações profissionais a nível de 2º grau e a qualificação e treinamento de adolescentes e adultos em ocupações nos diversos setores econômicos.

63.

PROTOCOLO de Cooperação Financeira - de 31 de julho de 1972, concluído pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Encarregado de Negócios da República Federal da Alemanha - O Governo da República Federal da Alemanha habilitará o Governo da República Federativa do Brasil a obter um empréstimo, para o financiamento da importação da República Federal da Alemanha, de bens de investimento de alto valor destinados às necessidades civis, bem como de bens de equipamento para Universidades Brasileiras. Diário Oficial, Brasília, 7 ago. 1972 p. 7.007

64.

DECRETO Nº 70.929, de 3 de agosto de 1972, - Dispões sobre o registro, no Ministério da Educação e Cultura, de professores de ensino de 2º grau Diário Oficial, 4 ago. 1972 p. 6.946.

Estabelece duas categorias de registro, identificadas pelos códigos "L e S", uma para diploma de licenciado conferido por Universidade, Faculdade ou curso específico de formação de professores de ensino médio outra para certificado de aprovação em exame de suficiência.

65.

PORTARIA Nº 585-BSB, do Ministro da Educação e Cultura - Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Subprojeto de Educação de Adolescentes e Adultos para a região Transamazônica. Diário Oficial, 4 ago. 1972 p. 6.961.

66.

CONVENIO ESPECIAL celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, a través do Departamento de Ensino Médio e a Universidade do Trabalho de Minas Gerais UTRAMIG, para investigação dos Resultados da Integração Escola-Empresas, na Formação de Pessoal Técnico, bem como para Planejamento de Cooperação Escola-Empresa. Diário Oficial, Brasília, 10 ago. 1972 p. 7.136.

67.

PORTARIA Nº 608-BSB, de 11 de agosto de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura. Aprova o Regulamento do Prêmio de Pesquisa Estudantil Instituto Nacional de Livro, anexo à presente Portaria. Diário Oficial, Brasília, 18 ago. 1972 p. 7.371.

68.

RESOLUÇÃO Nº 7/72, de 3 de agosto de 1972, do Presidente do Conselho Federal de Educação - Fixa os mínimos de conteúdo a serem observados na habilitação específica em Educação de Deficientes de Audio-Comunicação, do Curso de Pedagogia. Diário Oficial, Brasília, 18 ago. p. 7372

69.

DECRETO Nº 70.999, de 17 de agosto de 1972, do Institui o Programa do Trópico Úmido, destinado a coordenar a contribuição da Ciência e da Tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do Trópico Úmido e à preservação do equilíbrio ecológico da região amazônica. Diário Oficial, Brasília, 18 ago. 1972 p. 7.365

70.

CONVENIO entre o Serviço de Radiodifusão Educativa - Projeto Minerva e o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, destinado à transmissão de um Curso de Treinamento Intensivo de Alfabetizações, para as atividades do MOBRAL, em todo o País. Diário Oficial, 24 ago. 1972 p. 7.548.

71.

RESOLUÇÃO Nº 8-72, de 9 de agosto de 1972, do Presidente do Conselho Federal de Educação - Estabelece que a formação de professores de Educação Moral e Cívica, para o ensino de 1º e 2º graus, será feita como habilitação do curso de Estudos Sociais, fixado seu currículo mínimo. Diário Oficial, Brasília, 25 ago. 1972 p. 7.561

72.

PORCESSO Nº 1.934-72-CND, de 25 de agosto de 1972, do Ministro da Educação e Cultura - Homologa o Parecer nº 871/72, do Conselho Federal de Educação, relativo à indicação das matérias da parte diversificada do currículo do ensino de 1º e 2º graus, para o Sistema Federal. Diário Oficial, Brasília, 31 ago. 1972 p. 7.773.

73.

DECRETO Nº 71.043, de 30 de agosto de 1972 - Inclui a Comissão de Administração de Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL) na classificação de órgãos de deliberação coletiva da área do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial, Brasília, 31 ago. 1972 p. 7.761

74.

PORTARIA Nº 630, de 31 de agosto de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Organiza o Grupo de Trabalho destinado a estabelecer uma política nacional de material didático, em particular os áudio-visuais, bem como fornecer as preliminares concernentes a um Projeto que deverá ser encaixado no Programa Nacional do Acordo 512-d-081, referindo-se à pesquisa, planejamento, produção e distribuição dessas matérias pelas escolas dos sistemas de ensino dos Estados participantes. Diário Oficial, Brasília, 8 set. 1972 p. 8.024

75.

LEI Nº 5.802, de 11 de setembro de 1972 - Dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre-docência. Diário Oficial, Brasília, 12 set. 1972 p. 8.105.

O título de Doutor será requisito para a inscrição em prova de habilitação à livre-docência, sendo aberta exceção para o candidato que apresentar comprovante de cinco anos ininterruptos de magistério ou de dez anos de diplomado em curso superior de graduação correspondente.

76.

PR. 5.179-72, de 19 de setembro de 1972 - Aprova o Parecer L 188, que determina que o exercício gratuito da função de Auxiliar de Ensino, não pode ser computado como tempo de serviço para qualquer efeito. Diário Oficial, Brasília, 21 set. 1972 p. 8.475

77.

DECRETO Nº 71.133, de 21 de setembro de 1972, - Aprova o estatuto da empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 22 set. 1972. p. 8.505.

A FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério Planejamento e Coordenação Geral, tem por finalidade o financiamento de estudos, projetos e programas de desenvolvimento econômico, social, tecnológico e científico, de acordo com as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

78.

PORTARIA Nº 52-A, de 30 de setembro de 1972, do Presidente do Conselho Federal de Educação - Dispõe sobre indicações de professores para a regência de disciplinas de cursos superiores. Diário Oficial, Brasília, 8 nov. 1972 p. 91909

79

14.

TERMO DE ACORDO, entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo, com a anuência da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, destinado ao prosseguimento e à Expansão dos Programas de Pesquisa e de Atividades Correlatas, a serem desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, na área do Estado de São Paulo. Diário Oficial, Brasília, 12 set. 1972 p. 8.131

80.

TERMO DE CONVENIO entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a Fundação Getúlio Vargas. Diário Oficial, Brasília, 12 set. 1972 p. 8.132.

A pesquisa para a realização da 1ª etapa de um diagnóstico nacional de desenvolvimento educacional, a fim de asferecer subsídios à reforma do ensino, será desenvolvida pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) com a cooperação técnica e financeira do INEP e das Secretarias de Educação do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco, e Amazonas.

81.

CONVENIO entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Complementar e o Ministério do Exército, através do Departamento de Engenharia e Comunicações para Ação Conjunta em Programas Educacionais, na faixa da Fronteira Brasileira. Diário Oficial, Brasília, 18 set. p. 8.347

82.

CONVENIO ENTRE o Programa Especial de Bolsas de Estudo PEBE, e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, destinado a regular as condições gerais de participação da Secretaria e de Colégios Técnicos a ela vinculados, na execução de Projetos do PEBE para Concessão de Bolsas de Estudo Reembolsáveis e Comuns. Diário Oficial, Brasília, 19 set. 1972 p. 8.392.

83.

CONVENIO ENTRE a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e o Ministério da Educação e Cultura para execução de um programa de melhoria e formação de Docentes especialistas e pessoal administrativo para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial, Brasília, 5 out. 1972, p. 8.907

84.

TERMO DE CONVENIO, entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação de Santa Catarina objetivando a Prestação de Assistência Técnica para a realização de Pesquisas Educacionais. Diário Oficial, Brasília, 5 out. 1972 p. 8.908.

85.

PORTARIA nº 734-Bsb, de 10 de outubro de 1972, do Ministro de Estado de Educação e Cultura- Cria Grupo de Trabalho para pesquisar e elaborar programas e instruções específicas, que regulem o concurso para preenchimento de vagas, na série da classe de Técnico de Educação, do Quadro de Pessoal -Parte Permanente - desse Ministério. Diário Oficial, Brasília, 17 out. 1972 p. 9.251.

DECRETO Nº 71.242, de 11 de outubro de 1972- Autoriza a execução do Acordo para um Programa de Cooperação Científica Brasil-Estados Unidos da América. Diário Oficial, Brasília, 18 out. 1972.p.9.281.

O Acordo tem como objetivo, intensificar a cooperação entre os cientistas dos dois países e proporcionar oportunidades adicionais, para o intercâmbio de idéias, informações, aptidões e técnicas; colaborar em problemas de interesse mútuo; trabalhar conjuntamente em ambientes peculiares e utilizar facilidades especiais.

DECRETO Nº 71.244, de 11 de outubro de 1972- Estabelece normas para concessão de auxílio financeiro aos sistemas Estaduais de Ensino. Diário Oficial, Brasília, 16 out. 1972 p. 9.186.

Relaciona as disposições consideradas satisfatórias de Estatutos do Magistério Público, para fins de auxílio financeiro.

DECRETO Nº 71.250, de 13 de outubro de 1972 - Dispõe sobre a prestação de serviços por civis e militares, possuidores de quaisquer dos cursos da Escola Nacional de Informações, em órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI), mediante requisição, designação ou admissão contratual. Diário Oficial, Brasília, 16 out. 1972 p.9.186 Retificado no Diário Oficial de 16 de novembro de 1972 p. 10191.

DECRETO Nº 71.407, de 20 de novembro de 1972- Dispõe sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial, Brasília, 22 nov. 1972. p. 10410 Retificado no D.O. de 23 nov. 1972. p. 10474.

A finalidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais(INEP), antes Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão central de direção superior, será de exercer todas as atividades necessárias ao estímulo, coordenação, realização e difusão da pesquisa educacional no País.

Estabelece sua estrutura básica.

RESOLUÇÃO nº 38, de 24 de novembro de 1972, do Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- Fixa normas para utilização e controle dos recursos destinados à realização dos projetos a cargo do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), com vistas ao treinamento de profissionais a nível de 2º grau. Diário Oficial, Brasília, 30 nov. 1972. p.10.689.

PORTARIA Nº 830-BSE, de 27 de novembro de 1972, do Ministro de Estado da Educação e Cultura - Designa comissão para elaborar o documento básico do Centro Interescolar do 2º grau. Diário Oficial, Brasília, 5 dez. 1972. p. 10.852.

Deverão ficar definidos no documento, a filosofia, estrutura e meios operacionais do referido Centro, objetivando a implementação dos projetos específicos, relativos a esse tipo de estabelecimentos de ensino, conforme os termos do 2º Acordo MEC/USAID.

92

CONVÊNIO entre o Departamento de Ensino Médio, do Ministério da Educação e Cultura, e a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para execução de serviços de operação do Processamento Eletrônico de Dados do Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra (PIPMO). Diário Oficial, Brasília, 14 nov. 1972. p. 10.163.

93.

LEI Nº 5.835, de 1 de dezembro de 1972 - Institui, no Ministério das Minas e Energia, o Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - PLANPAP. Diário Oficial, Brasília, 4 dez. 1972. p. 10.769.

94

DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, de 5 de dezembro de 1972 - Aprova o texto do Acordo de Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite INTELSAT e do Acordo Operacional Relativo a INTELSAT, assinado em Washington. Diário Oficial, Brasília, 6 dez. 1972. p. 10.893.

95

LEI Nº 5.842, de 6 de dezembro de 1972 - Dispõe sobre o estágio nos cursos de graduação em Direito. Diário Oficial, Brasília, 6 dez. 1972. p. 10.891.

Fixa normas para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e dispõe sobre o estágio forense.

96.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, objetivando a elaboração do projeto de pesquisa "O Sistema Educacional e o Mercado de Trabalho". Diário Oficial, Brasília, 21 dez. 1972. p. 11.598.

97.

LEI Nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 - Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Diário Oficial, Brasília, 20 dez. 1971. p. 9.459.

98.

DOCUMENTOS EXISTENTES NA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INTERCÂMBIO

- ALMEIDA, Anna Lucia Malan de & CERQUEIRA, Eli Diniz. Aspirações profissionais dos estudantes de nível médio de Belo Horizonte e São Paulo. Rio de Janeiro, Dados/IUPERJ, 1972. 107 p. 1.
- CAMARGO, Sônia de. Aspirações profissionais dos estudantes de nível médio da Guanabara. Rio de Janeiro, Dados/IUPERJ, 1970. 58 p. mimeogr. 2.
- FERREIRA, Malba Santiago & SCHNECKENBERG, Deloá Dilva. Uma análise dos problemas relacionados com a utilização dos recursos audiovisuais nas escolas primárias de Curitiba [Curitiba, INEP/Serviço de Recursos Audiovisuais de Curitiba, s.d.] 13 p. mimeogr. 3.
- FIGUEIRA, Josefina. Menores infratores da Guanabara 1964-1971 (tipos de ofensa e características dos infratores): 1º relatório. Rio de Janeiro, Faculdade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973. 144 p. mimeogr. 4.
- FUNDAÇÃO CENAPOR & CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Investigação sobre a futura área de ação dos ginásios técnicos dentro das tendências do sistema de educação nacional [Porto Alegre] CETENGS, 1971. 363 p. 5.
- GUERRA, Maria Cleusa de Almeida. Adequação dos currículos dos cursos de contabilidade às necessidades profissionais [s.l.] Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, 1972. XVIII, 314 p. 6.
- MELLO, Izalza Garcia de. Desempenho de professor em situação de estágio de prática de ensino. Porto Alegre, INEP/CRPE-RS [1971] 110 p. (CRPE/RS. Ser. I : Pesquisas e Monografias, 15). 7.
- OTT, Margot Bertolucci. Avaliação e operações mentais - influências. Porto Alegre, INEP/CRPE-RS [1971] 142 p. (CRPE/RS. Ser. I : Pesquisas e Monografias, 13). 8.
- SANT'ANNA, Flávia Maria & PAES, Isolda Holmer. Formação intensiva do professor: micro-experiência de ensino como modalidade de treinamento. Porto Alegre, INEP/CRPE-RS [1970] 207 p. (CRPE/RS. Ser. I : Pesquisas e Monografias, 13). 9.

CUNHA, Nadia Franco da. O meio sócio-econômico e a educação: Campos e Cabo Frio. Rio de Janeiro, INEP/CBPE/DEPE, 1972. 105 p. tab., mapas. 10.

LEVY, Samuel. The demand for higher-education and the labour-market for professionals in Brazil | Rio de Janeiro, IPEA/CNRH, 1972. 70 p. tab. graf. 11.

- Toward an economic analysis of the brazilian university.
| Rio de Janeiro | IPEA/CNRH, 1972. 21 p. Anexo 44 p. tab. 12.

PLANOS

CEARÁ. Secretaria de Educação. Plano estadual de educação. Fortaleza, 1972. 658 p. il. mimeogr.

1.

. Plano estadual de implantação da Lei nº 5.692. Fortaleza, 1972. 85 p. mimeogr.

2.

ESPÍRITO SANTO. Comissão Estadual de Planejamento e Assessoria Educacional. Plano de implantação do ensino de 1º e 2º graus [Vitória, 1972] 94 p. mimeogr. *empurrado ao Sergio Pueria em 20/6/1973.*

3.

PIAUÍ. Secretaria da Educação e Cultura. Assessoria Técnica. Plano estadual de implantação (Lei 5.692/71) [s.l.] 1972. 125 p. il. mimeogr.

4.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Ensino de 1º e 2º graus; Plano Estadual de Implantação; artigo 72, Lei 5.692, 11 agosto 1971 [São Paulo] 3 v. mimeogr.

5.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Serviço de Educação Especial. Plano de atendimento à educação especial. São Paulo, 1972. 178 p. mimeogr.

6.

SERGÍPE. Secretaria de Educação e Cultura. Plano estadual de educação e cultura 1971-1974. Aracaju, 1970. A-F, 133 p. tab.

M E C - I N E P

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Serviço de Bibliografia

PUBLICAÇÕES OFICIAIS - BRASIL

1971 - 1972

Material indexado pela Bibliografia Brasileira de Educação.
Serviço de Bibliografia, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS - BRASIL

1971 - 1972 *

BITTENCOURT, Maria Luiza Lago - Estudo comparativo de métodos de ensino da leitura. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Div. Aperfeiçoamento do Magistério, 1971. 13 p. mimeogr. (CBPE)

1

CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet - A universidade brasileira à luz do século XX. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1971. 9 p. mimeogr. (CNRH/Sér. Estudos / TT, Doc. 134/

2

CASTRO, Claudio de Maura - Eficiência e custos das escolas de nível médio: um estudo - piloto na Guanabara. Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1971, 71 p. (Relatório de Pesquisa, 3)

3

CONCURSO vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. B.inf. CBPE (168/169): 19-23, jul./ago. 1971.

4

CORREIA, Arlindo Lopes - Educação permanente e novas Tecnologias educacionais. Rio de Janeiro, Minist. Planejamento e Coordenação Geral, IPEA, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1971. 3.n.p. (CNRH/Sér. E Estudos/TT, Doc. 137)

5

DECRETO nº 70.067 de 26 de Janeiro de 1972. Cria o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN. Administração & Legislação. 1 (6): 35, fev. 1972.

6

* Material indexado pela Bibliografia Brasileira de Educação.

Serviço de Bibliografia, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

DECRETO n. 70.185 de 23 de fevereiro de 1972. Institui o Programa Nacional de Teleducção -PRONTEL Administração & Legislação, 1 (7) : 17-18, mar. 1972.

DIRETRIZES para os cursos de reciclagem. B.PREMEX UFRGS, 1 (3): 111-121, 1971.

EDUCAÇÃO e cultura na mensagem presidencial de 1971. Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Rio de Janeiro 55 (121): 147-151, jan./mar. 1971.

FUNDAÇÃO CENAFOR. Divisão de Estudos, Pesquisas e Planejamento - Planejamento de currículo para os cursos de formação de professores de disciplinas especializadas para o ensino de 1º grau, propostos pela Portaria n. 432 de 18.07.71 /Trabalho apresentado no 1º Encontro Nacional de Professores de Didática, Brasília, de 12 a 17 de junho, 1972. 33 p. mimeogr.

GUANABARA. Secretaria de Educação e Cultura - Plano de implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus na Guanabara | Rio de Janeiro | 1972. 147 p.

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - Metodos atitudes e recursos do ensino de professores primários da Guanabara. Rio de Janeiro, 1971. 42 p. (Sér. 8 - Pesquisa e Monografia, 8)

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Seção de Audiovisual. Téleducção no Brasil, um documentário. Rio de Janeiro, 1972. 139 p.

INEP/CBPE - Psicologia no trabalho do professor primário. Rio de Janeiro, GB, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1971. 38 p. (Publ. Ser. VIII - Pesquisas e Monografias, 6)

- LEI n. 5.766 de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Administração & Legislação, 1 (5): 16-18, jan. 1972. 15
- LEITE, Aurélia Sampaio - Exames de Medureza na Guanabara. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, CBPE, Div. de Ensino e Pesquisas Educacionais, 1971. 112 p. 16
- MEDICI, Emlío Garrastazu - Política social, educação. In: Mensagem presidencial ao Congresso Nacional. Diário do Congresso, Brasília, 1º abr. 1972. 17
- MELQ, Guimar Nano de & PENTEADO, Wilma Millan Alves - Legislação sobre orientação educacional. Educação Hoje (13): 105-115, jan./fev. 1971. 18
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Educação no Brasil; subsídio para a Conferência Internacional da Educação. Brasília, 1971.s.n.p. mimeogr. 19
- _____ - Ensino Fundamental e o espaço físico; sugestões para utilização da rede escolar na implantação do ensino fundamental. Brasília, 1971. 29 p. mimeogr. (Sér. Ensino Fundamental, 1) 20
- _____ - Lei nº 5.692 de 1971 e o ensino de 1º grau. Brasília, 1971. 32 p. (Sér. Ensino Fundamental, 2) 21
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Ensino de 1º e 2º graus. Rio de Janeiro, 1971. 293 p. 22
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Câmara de Ensino de 1º e 2º graus - Parecer nº 349/72. Aprovado em 6/4/72. Habilitação específica, de 2º grau, para exercício de Magistério, em 1º grau. [1972] 27 p. mimeogr. 23
- _____ - Parecer nº 399/72 Aprovado em 6/4/72. A significação da parte de formação especial do currículo de ensino de 1º grau. [1972] 24 p. mimeogr. 24

- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Câmara de Ensino de 1º e 2º graus -. Parecer nº 355/72 Aprovado em 7/4/72. Estudos adicionais para elevação progressiva dos níveis de preparo do magistério no ensino de 1º e 2º graus. |1972| 14 p. mimeogr. 25
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra. Plano de Objetivos 1971. 10 p. mimeogr. + tabelas. 26
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74. Brasília, 1971. 250 p. 27
- _____ - Relatório Geral; 1971. Brasília, s/d. 2 v. 28
- MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral. Centro Nacional de Recursos Humanos/Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desportos e Educação Física. Diagnóstico da educação física/desportos no Brasil. Rio de Janeiro, FENAME, 1971. 392 p. 29
- MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Centro Nacional de Recursos Humanos. Carta Escolar, v. 1, ensino do 1º grau. Rio de Janeiro, 1971. 84 p. (CNRH/Sér. Ed./DT. Doc. 133) 30
- PAIXÃO, Sêrvula de Souza - Reprovação e repetência nas duas primeiras séries do ensino secundário público na Guanabara, 1968/1969. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Div. Est. Pesq. Educ. 1971. 15 p. multilit. anexos. (CBPE) 31
- PERES, Janise Pinto & MARQUES, Martha Maria de Barros - Situação das escolas normais do Nordeste. Cadernos Regiões e Educação, Recife 11 (22): 3-39, dez. 1971. 32
- PINHEIRO, Lúcia Marques - Melhoria do rendimento do ensino no primeiro ano primário. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, 1971. 59 p. mimeogr. 33

- RABELLO, Ophelina - O estudante universitário. Campinas, Univ. Estadual de Campinas, 1971. 128 p. multilit.(CBPE) 34
- SARAIVA, M^{te} Terezinha Tourinho et alii - Carta Escolar: experiência - piloto na Bahia - 1. Ensino fundamental. Rio de Janeiro, CNRH/CEP-B/DEF, 1971. 79 p. (Vol.II - Ensino do 1º grau - Experiência Piloto - CNRH/Sér. ED/DT nº 133) 35
- SANTA CATARINA. Secretaria de Educação - Diagnóstico de situação educacional. Florianópolis, 1971. 339 p. multilit. 36
- SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento - Grup^o Executivo da Grande São Paulo. - Recursos humanos na Grande São Paulo. São Paulo 1971. 2 v. 37
- SERVIÇO Nacional de Aprendizagem Industrial. D.N. Divisão de Ensino - Estruturação dos cursos de aprendizagem face a Lei 5.692. 1972.11p. + anexos. 38
- SITUAÇÃO Cultural. Anuário Estatístico do Brasil 1971. (32): 633-771, 1971. 39
- VASCONCELOS, Myriam Brindeiro de Moraes, coord. et alii - O ensino da Matemática na escola primária do Recife. Cadernos Região e Educação, Recife, 11 (22): 31-87 + tab., dez. 1971. 40
- VELOSO, Fábio - Salário Educação ; financiamento do ensino fundamental (1º grau) Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro |Rio de Janeiro| J.R.N. Ed. 1971. 172 p. 41